



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

**Direito da Contratação Pública**

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

PEDRO ABEL CARVALHO DE AMARAL FERNÁNDEZ SÁNCHEZ – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

-----

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Domínio aprofundado do regime português da contratação pública após a reforma legislativa que modifica o Código dos Contratos Públicos.

Domínio do regime europeu da contratação pública resultante das Directivas de Contratos Públicos, que o legislador português visou transpor.

Domínio do modo de conformação, adaptação ou até derrogação das normas legislativas nacionais e europeias que tem vindo a ser imposta pela jurisprudência nacional e europeia.

Criação dos quadros mentais necessários para compreensão dos princípios gerais do Direito da Contratação Pública que preparem os alunos para qualquer evolução legislativa e jurisprudencial futura.

Atribuição de ferramentas práticas para os alunos ficarem aptos, na sua prática profissional, a assumirem a responsabilidade, se necessário, de acompanhamento e gestão de um procedimento de contratação pública, quer na óptica da entidade adjudicante, quer na óptica do operador económico de mercado.

Visão geral do regime de contratação excepcional para situações de emergência e calamidade.

Conteúdos programáticos

- i) Princípios gerais da contratação pública;
- ii) Âmbito de aplicação do regime de contratação pública;
- iii) Tipos e critérios de escolha dos procedimentos;
- iv) Planeamento e gestão da contratação; métodos de racionalização das compras públicas.
- v) Regras de boa elaboração das peças do procedimento;
- vi) Conceitos essenciais à elaboração do caderno de encargos: relação entre parâmetros base, limites de exclusão de propostas, atributos e termos e condições;
- vii) Patologias das peças do procedimento e sua correcção; esclarecimentos, rectificações e suprimentos de erros ou omissões;
- viii) A projecção das patologias das peças do procedimento sobre a fase de *execução* do contrato: a inter-relação entre os regimes de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e serviços a mais;
- ix) Idem: os limites às modificações contratuais à luz da concorrência;
- x) As propostas: os regimes relativos à sua elaboração, composição e apresentação;
- xi) A análise das propostas; causas de exclusão e seu suprimento;
- xii) A avaliação das propostas; definição de critérios de adjudicação adequados; métodos de construção de modelos de avaliação; sua aplicação em cada procedimento;
- xiii) O procedimento pós-adjudicatório;
- xiv) Os instrumentos procedimentais especiais, *maxime* acordos-quadro.
- xv) As medidas excepcionais de contratação pública para situações de emergência e calamidade.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos acima descritos constituem os elementos essenciais em que assenta o novo regime de contratação pública, conformando a matéria que os alunos deverão abarcar para assegurar o domínio do quadro nacional e europeu estabelecido como objectivo da aprendizagem e preparando-os para a capacidade de acompanhamento ou gestão de qualquer procedimento pré-contratual em que venham a participar.

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Avaliação Contínua, com participação obrigatória dos alunos na discussão de casos práticos e de jurisprudência previamente indicada pelo docente.

Exame final, nos termos e com a ponderação para efeitos de avaliação em conformidade com o disposto no Regulamento de Avaliação.

#### Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Sem prejuízo de se mostrar indispensável a utilização de um exame final que permita testar o conhecimento dos alunos, o recurso a casos práticos e ao estudo à discussão de jurisprudência constitui o método essencial de transmissão de conhecimentos que se mostra mais compatível com a vertente eminentemente prática desta Unidade Curricular. Os conhecimentos teóricos transmitidos durante as aulas só se revelam úteis para a prática profissional e para o desenvolvimento científico dos alunos se forem objecto de teste imediato através da sua aplicação prática a casos concretos e à crítica à jurisprudência actualizada.

#### Bibliografia principal

- ALMEIDA, João Amaral – “O «Novo» Critério de Adjudicação na Revisão do Código dos Contratos Públicos”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 2, 2018
- ALMEIDA, João Amaral e / FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Pedro – *Temas de Contratação Pública*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011
- ALMEIDA, João Amaral e / FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Pedro – *Comentários ao Anteprojecto de Revisão do Código dos Contratos Públicos*, Sérvulo & Associados, Lisboa, 2016
- ARROWSMITH, Sue – *The Law of Public and Utilities Procurement*, 3.ª ed., 2 vols., Sweet & Maxwell, London, 2014
- ARROWSMITH, Sue – “Modernising the European Union’s Public Procurement Regime: A Blueprint for Real Simplicity and Flexibility”, in *Public Procurement Law Review*, 21, 2012
- ARROWSMITH, Sue / KUNZLIK, Peter – *Social and Environmental Policies in EC Procurement Law: New Directives and New Directions*, Cambridge University Press, Cambridge, 2009
- BOVIS, Christopher – *The Law of EU Public Procurement*, 2.ª ed., Oxford University Press, Oxford, 2012
- CARANTA, Roberto / Trybus, Martin – *The Law of Green and Social Procurement in Europe*, Djof, Copenhagen, 2010
- COIMBRA, J. Duarte / CALDEIRA, Marco / SERRÃO, Tiago – *Direito Administrativo da Emergência*, Almedina, Coimbra, 2020
- ESTORNINHO, Maria João – *Curso de Direito dos Contratos Públicos*, Almedina, Coimbra, 2012
- ESTORNINHO, Maria João / MARTINS, Ana Gouveia (coord.) – *Actas da Conferência “A Revisão do Código dos Contratos Públicos”*, ICJP, Lisboa, 2016
- FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Pedro – *Direito da Contratação Pública*, 2 volumes, AAFDL, Lisboa, 2020
- FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Pedro – *Estudos sobre Contratos Públicos*, AAFDL, Lisboa, 2019
- GOMES, C. A. / PEDRO, R. / SERRÃO, T. / CALDEIRA, M. (coord.) – *Comentários à Revisão do Código dos Contratos Públicos*, 2.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2018
- GONÇALVES, Pedro Costa – *Direito dos Contratos Públicos*, Vol. I, 4.ª ed., Almedina, Coimbra, 2020
- GONÇALVES, Pedro Costa (org.) – *Estudos de Contratação Pública*, Vols. I-IV, Coimbra Editora, Coimbra, 2008-2013
- GONÇALVES, Pedro Costa (dir.) – *Revista de Contratos Públicos*, n.º 13, 2016 (“Reforma Europeia da Contratação Pública”); n.º 16, 2018 (“A Revisão do CCP”)
- GRAELLS, Alberto Sánchez – *Public Procurement and the EU Competition Rules*, 2.ª ed., Hart, 2015
- LEITÃO, Alexandra – *Lições de Contratos Públicos – Parte Geral*, 2.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2015
- LICHÈRE, F. / CARANTA, C. / TREUMER, S. (org.) – *Modernising Public Procurement: The New Directive*, Djof, Copenhagen, 2010
- MEDEIROS, Rui – “Âmbito do Novo Regime da Contratação Pública à luz do Princípio da Concorrência”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, 69 (2008)
- OLIVEIRA, Mário Esteves de / OLIVEIRA, Rodrigo Esteves de – *Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública*, Almedina, Coimbra, 2011.
- RAIMUNDO, Miguel Assis – *A Formação dos Contratos Públicos*, AAFDL, Lisboa, 2013, pp. 587 ss.
- RAIMUNDO, Miguel Assis – “Primeira Análise das Novas Diretivas (Parte I)”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 9, 2013



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

RAIMUNDO, Miguel Assis – “Primeira Análise das Novas Diretivas (Parte II)”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 10, 2013

SOUSA, Marcelo Rebelo de – *O Concurso Público na Formação do Contrato Administrativo*, Lex, Lisboa, 1994

VIANA, Cláudia – *Os Princípios Comunitários de Contratação Pública*, Coimbra Editora, Coimbra, 2007